

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco  
ou o MME:**

**Folha de S. Paulo**

[Título: Governo volta a falar em medidas para conter alta da gasolina](#) ..... 3

**O Estado de S. Paulo**

[Título: Cessão onerosa à la Arno](#) ..... 9

**Correio Braziliense**

[Título: Gasolina: governo fala em cortar imposto](#) ..... 12

**Sumário**

**VEÍCULO: O Globo** ..... 2

Título: Governo quer discutir com Petrobras alta da gasolina ..... 2

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo** ..... 3

Título: Governo volta a falar em medidas para conter alta da gasolina ..... 3

Título: Sem investimento, Venezuela desperdiça alta do petróleo ..... 5

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo** ..... 7

Título: Eleição no conselho pode pôr em risco privatização da Eletrobrás ..... 7

Título: Cessão onerosa à la Arno ..... 9

Título: Gás de cozinha e um caso pitoresco ..... 11

**VEÍCULO: Correio Braziliense** ..... 12

Título: Gasolina: governo fala em cortar imposto ..... 12

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: Governo quer discutir com Petrobras alta da gasolina**

Moreira Franco quer que a estatal participe de "debate" sobre a escalada do preço do combustível

-Rio e Brasília- **O Ministro De Minas E Energia, Moreira Franco**, informou ontem que o governo, está preocupado com a escalada de preços dos combustíveis e, por isso, pretende fazer uma ampla discussão, incluindo a Petrobras. O ministro disse que, nesse diálogo, será considerada também a possibilidade de redução de tributos sobre o combustível, como o PIS/Cofins que, para ele, é muito elevado.

— Eu acho que o imposto está muito alto, temos que repensar essa questão. Temos que repensar PIS/Cofins e ICMS também — destacou Moreira Franco, que falou para uma plateia de empresários ontem na Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Ele mencionou que os preços da gasolina estão subindo muito por conta da alta global do barril do petróleo, que chegou a ultrapassar os US\$ 80 dólares esta semana. De acordo com o ministro, a política de preços adotada pela Petrobras — de promover reajustes diários — é correta, mas a companhia tem de conversar com o governo sobre isso.

— A Petrobras adota uma política de preços que me parece correta, mas ela tem que entender que a composição desse preço tem outros fatores, e temos que, juntos, entrar na discussão dessas outras questões, porque a gasolina, o combustível, é um bem fundamental — acrescentou.

#### POLÍTICA PODE SER REVISTA

Moreira Franco repetiu que a questão da carga tributária nos combustíveis deve fazer parte dessa discussão: — É uma questão do governo, mas a Petrobras, como um elemento importante, fornecedor de um bem fundamental, tem que dar a sua experiência, a sua contribuição, a avaliação da realidade para que possamos ter uma política de preços que seja mais justa.

O ministro admitiu que a possibilidade de se rever a atual política de preços da Petrobras será debatida. Mas quando foi indagado sobre quando o governo poderá apontar mudanças nessa política, o ministro desconversou: — Conversa e caldo de galinha demoram.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, porém, já havia declarado, no início do mês, que não há possibilidade de o governo abrir mão de arrecadação para conter a alta nos preços de combustíveis este ano, diante das dificuldades para o fechamento das contas públicas. O ministro afirmou que, dada a situação fiscal deste ano, não haveria motivos para discutir redução de impostos.

#### PROBLEMA É ESTADUAL

Além disso, os integrantes da equipe econômica afirmam que o maior peso no preços dos combustíveis está num tributo estadual, o ICMS. Isso significa que o assunto precisa ser negociado entre os governadores.

Moreira Franco comparou ontem a política de preços dos combustíveis à do setor elétrico, na qual também não fica clara a composição do valor final das tarifas. O ministro também criticou a carga tributária sobre a energia elétrica.

De acordo Moreira Franco, é necessário dar mais transparência aos consumidores sobre os custos da energia. Ele lembra que 36% do preço da tarifa são ICMS. Ele chegou a classificar o peso do imposto estadual sobre as contas de luz como extorsão: — O Brasil tem a quinta energia mais cara do mundo. A carga tributária é extorsiva. (Colaborou Martha Beck)

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Governo volta a falar em medidas para conter alta da gasolina

Com o aumento da pressão contra os altos preços dos combustíveis, o governo voltou a prometer medidas para tentar conter a escalada. Nesta sexta-feira (18), **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, disse que uma das alternativas é rever a carga tributária sobre os produtos.

Diante da alta do preço do diesel, os caminhoneiros agendaram para próxima segunda-feira (21) uma paralisação geral em todo o país. Eles pedem a eliminação de alíquotas de impostos cobrados na venda de diesel à categoria.

“O aumento constante do preço nas refinarias e dos impostos que recaem sobre o óleo diesel tornou a situação insustentável para os transportadores autônomos”, diz a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam).

Nesta sexta, a Petrobras anunciou novos aumentos no preço da gasolina e do diesel, que subirão 0,8% e 1,34% a partir deste sábado (19). Assim, os dois

produtos renovam máximas nas refinarias desde que a estatal passou a anunciar reajustes diários, em julho de 2017.

“Está subindo demais”, disse Moreira Franco, após participar de evento da Associação Comercial do Rio de Janeiro. “O imposto é muito alto e temos de repensar essa questão”, afirmou, citando PIS, Cofins e ICMS.

Em julho de 2017, o governo federal aumentou as alíquotas de PIS e Cofins na gasolina e no diesel para compensar perdas de outras receitas. Já o ICMS vem sendo reajustado praticamente todos os meses desde então.

Com projeção de déficit de R\$ 129 bilhões nas contas, o governo pode ter dificuldades para justificar corte na carga tributária.

Agrave crise financeira dos estados é outro obstáculo para uma proposta de revisão dos impostos.

No início do ano, quando o petróleo caía, Moreira Franco chegou a apontar distribuidoras e postos de combustíveis como responsáveis por não repassar os ganhos ao consumidor. Agora, além de mirar nos tributos, disse que vai chamar a Petrobras à mesa para discutir os preços.

“É uma questão do governo. Mas a Petrobras, como um elemento importante, fornecedor de um bem fundamental, tem de dar a sua experiência, a sua contribuição, a avaliação da realidade para que possamos ter uma política de preços que seja mais justa”, disse ele.

O ministro não quis detalhar, porém, se as conversas com a estatal incluirão algum tipo de revisão na política comercial da companhia.

“Vamos discutir”, disse Moreira Franco, quando questionado sobre essa possibilidade.

A política atual é uma das bandeiras da gestão Pedro Parente, que assumiu a Petrobras em junho de 2016 após receber garantia de que teria autonomia sobre os preços.

Desde outubro daquele ano, os preços da gasolina e do diesel vendidos pela estatal acompanham as cotações internacionais e a variação do câmbio. Em julho de 2017, a empresa passou a realizar reajustes diários.

“Seria um retrocesso se o governo voltasse a usar a Petrobras para segurar os preços”, disse o professor Edmar Almeida, do Instituto de Economia da UFRJ, para quem a independência da estatal será testada nos próximos meses.

“Primeiro, vamos ver se o governo atual vai resistir à tentação da solução mais fácil. E, segundo, se o próximo governo manterá a política.” Para Almeida, o crescimento da arrecadação de impostos provocado pela alta do petróleo abre margem para a redução da carga tributária sobre os combustíveis.

A escalada do petróleo reflete incertezas geradas pela saída do Estados Unidos de acordo que eliminou embargos comerciais ao Irã, quinto maior exportador mundial, e pela queda na produção venezuelana.

O ministro de Energia da Arábia Saudita, Khaüd al-Falih, disse que entrou em contato com outros países produtores para “coordenar uma ação global para conter a ansiedade no mercado de petróleo”.

Em uma rede social, ele defendeu que os países produtores estão comprometidos com estabilidade dos preços.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mundo

**Autor:** Fabiano Maisonnave

**Título:** Sem investimento, Venezuela desperdiça alta do petróleo

Estatul sofre com inchaço de funcionários e produção recua a nível de 1985

Após anos em baixa, o preço do petróleo voltou a subir com força no mercado internacional. Em tempos passados, a notícia seria festejada na Venezuela, mas o sucateamento da estatal PDVSA e a delicada situação econômica do país deixam pouco espaço para celebração.

Consequência do recrudescimento das tensões entre EUA e Irã e da própria crise da produção venezuelana, o preço do barril do tipo Brent (referência para o mercado internacional) ultrapassou, nesta semana, abarreira dos US\$ 80 —é a primeira vez que isso ocorre em quatro anos.

Desde o ano passado, o preço do barril já subiu 40%. Com o anúncio do presidente americano, Donald Trump, de que abandonaria o acordo nuclear com o Irã, a cotação do combustível já ficou US\$ 5 mais cara neste mês.

Essa recuperação, porém, não teve impacto na economia venezuelana. Pelo contrário: o FMI projeta que o país deve fechar 2018 com uma queda de 15% do

PIB (o quinto ano consecutivo de contração econômica) e uma hiperinflação de 13.864% —de longe, a maior do mundo.

O principal motivo é o declínio da produção desde a ascensão do presidente Hugo Chávez, em 1999, quando a Venezuela entregava 3,1 milhões de barris de petróleo por dia.

Atualmente, a produção venezuelana está estimada em cerca de 1,47 milhão de barris/ dia, o pior nível em 33 anos.

A PDVSA, que sob Chávez passou a ter o monopólio da indústria petroleira, enfrenta outros problemas, vinculados a disputas em tribunais internacionais.

Uma decisão judicial deu à empresa norte-americana Conoco Phillips o controle de terminais de exportação no Caribe, em meio a uma disputa sobre a indenização após a estatização de suas operações na Venezuela.

Sem essas instalações, a PDVSA perdeu parte de sua capacidade de envio de petróleo para a China e outros países.

Outra limitação para a Venezuela se beneficiar da alta do preço são os empréstimos contraídos com a China. São cerca de US\$ 50 bilhões, a serem pagos com petróleo, além das taxas de juro.

A PDVSA também sofreu um inchaço de funcionários à medida que passou a administrar programas sociais e empresas de processamento de alimentos.

Segundo o dado oficial mais recente, de 2016, a estatal petroleira tinha 146 mil funcionários contratados. No início do governo Chávez, eram cerca de 27 mil— com o dobro de produção de petróleo.

Os cofres da estatal sofrem ainda com a sangria provocada pelos subsídios do mercado interno, que consome até 450 mil barris/dia. Atualmente, a gasolina é tão barata que, com apenas US\$ 1 (R\$ 3,74), é possível comprar 122 mil litros.

Um outro sintoma dos problemas é que, segundo a agência Reuters, a PDVSA, comprou o equivalente a US\$ 440 milhões (R\$ 1,6 bilhão) em petróleo e enviou o carregamento a Cuba, em vez de vender ao país aliado produto de suas reservas.

Simpático ao governo chavista, o economista Andrés Giussepe afirma que um erro de avaliação a partir de 2005 foi o motivo da queda da produção.

Estimando que o petróleo não cairia mais de preço, o governo Hugo Chávez passou a priorizar a faixa do Orinoco, de extração onerosa por se tratar de petróleo pesado e ultrapesado, em detrimento de recuperar a produção de campos velhos, explica o analista.

Giussepe diz que, antes de recuperar a produção dos campos para aproveitar a provável nova bonança petroleira, a PDVSA precisa renegociar acordos internacionais como o Petrocaribe, combater a corrupção e acabar com o oligopólio de empresas de bens e serviços petroleiros.

“Se não souberem o que fazer com o petróleo, é melhor que não o extraiam”, disse Giussepe, citando uma frase que ficou famosa na Venezuela em meados dos anos 1970.

Crítico do chavismo, o economista Francisco Monaldi afirma que o petróleo venezuelano tende a continuar abaixo do solo, ao menos no curto prazo.

Em estudo recente, ele estima que a produção diminuirá até 350 mil barris por dia até dezembro, devido aos problemas de caixa cada mais graves e imprevisíveis da PDVSA.

Monaldi argumenta que, para iniciar a recuperação, é preciso atrair novamente empresas petroleiras ocidentais, que atuariam com estatais de China, Rússia e Índia.

Além disso, a PDVSA precisaria de grande reestruturação, para se concentrar exclusivamente na produção de gás e petróleo.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Denise Luna / Rio**

**Título: Eleição no conselho pode pôr em risco privatização da Eletrobrás**

Segundo especialistas, escolha de Manoel Zaroni, que faz parte do conselho da rival Engie, pode gerar reclamações à CVM

A eleição do vice-presidente do Conselho de Administração da Engie Energia, Manoel Zaroni, para o Conselho de Administração da Eletrobrás, na última assembleia da estatal, poderá atrair o processo de privatização da empresa, avaliaram especialistas, que veem na decisão um claro descumprimento da Lei das Sociedades Anônimas.

A presença de Zaroni no Conselho pode, por exemplo, suscitar ações de outras companhias que se sentirem preteridas nas negociações dos ativos a serem colocados à venda pela estatal. Com capacidade instalada de 11 mil megawatts, a Engie é a maior geradora privada de energia no País e já declarou interesse em ativos da Eletrobrás.

A Assembleia Geral Ordinária da estatal dispensou Zaroni de atender ao artigo da Lei das Sociedades Anônimas que trata de conflito de interesses na eleição de membro do Conselho. O BNDES, um dos acionistas da estatal, se absteve de se manifestar em relação à dispensa.

Já o conselheiro eleito disse que não vê impedimento em assumir o cargo, já que pretende se abster quando o assunto for a venda de ativos ou a privatização da empresa. O compromisso, segundo ele, é pessoal e não foi firmado em documento. "Não vejo problema nenhum, desde que atue com ética e obedeça as regras de governança. Tem muita gente que trabalha em um, dois, três conselhos."

Na ata da assembleia, a indicação de Zaroni é registrada como do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, que negou a recomendação em nota enviada ao Estadão/Broadcast. Segundo o MME, Zaroni foi escolhido pela Eletrobrás. A estatal alega que a indicação foi do ministério.

"Está tudo errado", avaliou o advogado especializado em direito corporativo André de Almeida. "Para começar o conselheiro não pode ser indicado pela própria empresa, tem de ser pelo acionista. E não pode ter conselheiro que também é conselheiro de uma empresa concorrente, tem acesso a informações privilegiadas, vira um leva e traz informação", afirmou.

Segundo a Eletrobrás, Zaroni "ocupa a vaga estatutária no Conselho de Administração da Eletrobrás, cuja indicação compete ao acionista majoritário. A indicação do executivo, que tem incontestável experiência no setor elétrico brasileiro, foi submetida a todos os critérios estabelecidos pela Lei das Estatais e sua regulamentação, o que inclui o atendimento aos requisitos de independência", disse a estatal.

Para o consultor de governança corporativa Renato Chaves, a atitude da Eletrobrás "não é comum". Ele dá como certa a reclamação de investidores à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). "O Conselho é um órgão que vai opinar em todo o processo de privatização. Mesmo que não houvesse processo de privatização, não é correto." O BNDES disse que seu braço de investimentos, a BNDES- Par, se absteve porque a eleição de Zaroni não constava na ordem do dia da assembleia. Afirmou ainda que o texto do "formulário de informações

curriculares enviado pela Eletrobrás dizia que a empresa não tinha conhecimento da participação do Sr. Manoel A. Zaroni Torres em outras companhias abertas".

O banco ressaltou que "seria necessária uma análise sobre as potenciais situações de conflito entre Engie e Eletrobrás para saber se estaria ou não de acordo".

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Adriana Fernandes

**Título:** Cessão onerosa à la Arno

A tentação é grande. Está em gestação no governo o retorno da contabilidade criativa no Orçamento da União para evitar que a revisão do contrato de cessão onerosa da área de exploração do pré-sal prejudique as contas públicas em 2018 e 2019.

As manobras contábeis foram uma prática condenada pelo Tribunal de Contas da União, que marcou o governo petista da ex-presidente Dilma Rousseff. Tiveram como principal patrocinador o então secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin.

Agora, alternativas semelhantes voltaram à mesa de discussão no governo. Tudo para que as despesas do Orçamento (seja de 2018 ou de 2019) não aumentem e furem o teto de gasto com o acerto (ainda difícil) entre a Petrobrás e o governo.

Depois de meses de negociação, a comissão interministerial, formada para costurar o acordo, apontou o que já era previsível no mercado: a União é devedora da companhia com a revisão do contrato assinado em 2010. Embora os trabalhos da comissão ainda não tenham se tornado públicos, o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, antecipou nesta sexta-feira que o governo terá que pagar à empresa - oito anos depois de a União ceder à petroleira o direito de explorar 5 bilhões de barris de petróleo em uma área do pré-sal sem a necessidade de licitação.

Pela cessão, a empresa pagou ao Tesouro Nacional R\$ 74,8 bilhões, por isso a operação foi chamada de onerosa. A dor de cabeça do governo é que essa dívida representará uma despesa discricionária e, como tal, deveria ser registrada na contabilidade pública. O problema é que para fugir dessa despesa, o governo quer pagar com alternativas que passem "por fora do Orçamento" e

não necessitem de registro. O aumento desses gastos forçaria o governo a remanejar despesas de outras áreas.

Um problemão porque o gasto discricionário (aquele que não é obrigatório e que, portanto, o governo pode cortar) está no osso este ano e pode tornar inviável o funcionamento da máquina administrativa. Na prática, isso quer dizer, que o Orçamento não comporta o pagamento à Petrobrás. Daí, o dilema da equipe econômica.

Uma dessas alternativas criativas em análise é o pagamento em óleo - da mesma área ou em outros locais de exploração. Outras opções no mesmo molde estão em estudo. Todas exigem mudança de lei no Congresso. Dilma Rousseff e Arno Augustin recorreram a alterações legislativas para bancar manobras criativas.

O argumento do governo é de que é preciso viabilizar o Orçamento e que as alternativas são soluções para garantir esse processo. O governo pode ter os seus motivos para fazer a operação nesses moldes. Mas é preciso também dar transparência ao Orçamento e às contas públicas. Foi com esse discurso que a equipe econômica do presidente Michel Temer chegou, prometendo agir com maior transparência para evitar contabilidades "à la Arno".

Por que com Dilma foi condenável e com Temer não seria? Para a Petrobrás, não muda muito o cenário. O que ela quer é receber o ressarcimento e fazer caixa. A empresa já conseguiu que o governo a declarasse credora, mesmo diante de um contrato mal escrito, que gerou muitas dúvidas. Já o governo corre para fechar a revisão porque da sua conclusão depende o megaleilão das áreas excedentes de petróleo que pode render mais de R\$ 100 bilhões. Com o resultado do leilão, será feito o pagamento.

Em 2010, quando foi firmado o contrato original, Arno Augustin montou uma intrincada engenharia financeira para tornar viável o aumento de capital da Petrobrás e, ao mesmo tempo, obter uma receita extraordinária aos cofres do governo.

O TCU está acompanhando todo o processo. Não adianta fugir das responsabilidades. Agora ou mais tarde. O governo vai precisar provar que não faz o mesmo dos tempos de Augustin.

É JORNALISTA DO BROADCAST

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo**Seção:** Opinião**Autor:** Adriano Pires**Título:** Gás de cozinha e um caso pitoresco

As notícias sobre os subsídios aos preços da gasolina e do diesel vêm perdendo espaço para a nova política de preços da Petrobrás, que hoje segue a cotação internacional desses combustíveis. Porém, esse debate sobre subsídios não se findou, pois a companhia ainda continua praticando essa política no preço do gás de cozinha (GLP), também conhecido como P-13.

Contestar os subsídios ao preço do P-13 resulta em despertar a ira daqueles que acreditam que essa política seja fundamental para as famílias de baixa renda. Sem dúvida, o peso do preço do P-13 no orçamento dessas famílias é relevante e merece a atenção do governo. Mas a grande questão é: a política de preços praticada hoje com o GLP residencial é eficiente? Afinal de contas, o ônus financeiro causado às empresas que atuam nesse mercado é compensado por um bônus à população de baixa renda?

Primeiramente, vamos mostrar o prejuízo desta política de subsídio à Petrobrás. Estima-se que, de 2003 a 2016 -, a preços correntes anuais, a companhia acumulou uma perda da ordem de R\$ 57,8 bilhões. Estas perdas correspondem ao prejuízo acumulado pela Petrobrás neste período (R\$ 33 bilhões) - devido à defasagem do preço interno com o de referência internacional - mais a parcela do subsídio implícito no preço do P-13 que foi desperdiçada (R\$ 24,8 bilhões). Essa segunda parcela de prejuízo corresponde à parte do subsídio que foi absorvida por consumidores que não precisavam de auxílio.

Ou seja, do lado dos benefícios, o montante foi de apenas R\$ 8,3 bilhões, relativos à parcela de 25% do subsídio que cumpriu o objetivo social de amparar as famílias com renda mensal de até um salário mínimo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, a porcentagem de famílias que têm renda de até um salário mínimo, nos últimos 10 anos, é de cerca de 25% dos domicílios do território nacional. Logo, este subsídio é socialmente injusto, já que 75% dos recursos foram absorvidos por consumidores que não precisam de auxílio.

Ainda, essa política leva em conta um peso do botijão de gás sobre a receita familiar que não é mais verdadeiro, seja por ganho de renda, seja pelo perfil de consumo das famílias. A título de exemplo, enquanto o salário mínimo subiu de R\$ 240 para R\$ 880, registrando, portanto, um crescimento nominal da ordem de 270%, o preço do botijão cresceu apenas 86%, passando de R\$ 29 em 2003 para R\$ 54 em 2016.

Essa distorção nos preços do P-13 em relação ao de uso industrial é garantida pelos artigos 22 e 33 da Resolução ANP n.º 49/16, que diz que a comercialização do P-13 poderá ser efetuada a preços inferiores aos praticados na comercialização de GLP para venda aos demais usos ou acondicionados em recipientes de outras capacidades. Ou seja, uma possível permissão virou regra para a Petrobrás, que acabou por criar fortes distorções no mercado de GLP, sem uma contrapartida social eficiente.

É importante dizer que as distorções criadas por essa política de preços vão além das perdas financeiras impostas à Petrobrás e sua ineficiência distributiva.

Ela também cria um subsídio cruzado, que é ilegal. Ou seja, em compensação a uma política forte de subsídio ao P-13, o preço do GLP industrial é altíssimo e pouco competitivo. Não é à toa que, em 2017, 78% do mercado nacional de GLP era residencial e apenas 13% desse mercado era industrial. Em contrapartida, no mercado internacional as proporções eram de 44% e 39%, respectivamente.

O que fica claro é que é muito pouco provável que algum importador/investidor apresente interesse em avaliar a sua entrada no mercado nacional de refino ou importar GLP, enquanto os preços forem subsidiados no mercado residencial. E a consequência direta disso é um mercado com grande potencial para o consumo do GLP atrofiado, que só gera distorções em relação aos preços relativos de outras energias. Um caso, no mínimo, pitoresco. Na era do ganha-ganha, ainda continuamos com o perde-perde.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Andressa Paulino

**Título:** Gasolina: governo fala em cortar imposto

Está ficando cada vez mais difícil para o brasileiro tirar o carro da garagem. Ontem, a Petrobras anunciou mais um reajuste no preço dos combustíveis nas refinarias, pela quinta vez na semana. Segundo comunicado da petroleira, a partir de hoje o diesel aumentará 0,80%, enquanto a gasolina terá alta de 1,34%. No Distrito Federal, os reajustes os últimos dias já se refletiram nas bombas. O litro da gasolina, que antes podia ser encontrado por menos de R\$ 4, hoje custa até R\$ 4,57.

Preocupado com os sucessivos aumentos, o governo está procurando encontrar uma maneira de aliviar o bolso do consumidor, afirmou o **ministro de Minas e Energia, Wellington Moreira Franco**, após palestra na Associação Comercial do Rio de Janeiro. Segundo o ministro, a solução pode passar pela redução de

impostos que incidem sobre os combustíveis, como PIS, Cofins e ICMS.

“A Petrobras adota uma política de preços que me parece correta, mas ela tem que entender que a composição desse preço tem outros fatores. Juntos, vamos entrar na discussão desses outros fatores, porque a gasolina, o combustível de modo geral, e sobretudo o gás de cozinha é fundamental”, avaliou Franco. “A única maneira de encontrar a solução é mudança. Eu acho que o imposto está muito alto, temos que repensar”, afirmou.

Desde a revisão da política de preços da estatal, em julho de 2017, os combustíveis já sofreram 152 mudanças de preços. Só nesta semana, os valores do diesel e da gasolina subiram cinco vezes. De acordo com a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), entre 1º de julho de 2017 e 15 de maio de 2018 a gasolina nas refinarias teve aumento de 42,25%. Nas bombas, o aumento acumulado é de 21,28%, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

A política de reajustes se baseia nos preços do petróleo do mercado internacional, que subiram fortemente nos últimos meses, e nas cotações do dólar, que também dispararam recentemente. Muitos dos consumidores acreditam que os preços são abusivos. Para o mestre de obras Geraldo Nascimento, 59 anos, o gasto para abastecer leva a repensar a utilização do automóvel. “Como meu carro não aceita etanol, que poderia ser uma alternativa neste momento de gasolina cara, a única forma de economizar é parando de utilizá-lo”, contou.

“Eu percorro cerca de 80 quilômetros por dia. Com a gasolina a R\$ 3,99 eu gastava em torno de R\$ 319 por mês, agora, em estabelecimentos com uma promoção por R\$ 4,14 o litro, gasto R\$ 331 — R\$ 12 a mais por dia”, reclamou Nascimento. “Isso quando acho promoções, porque o valor médio está por R\$ 4,39”, destacou.

Segundo o gerente-executivo do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis, Lubrificantes e Lojas de Conveniência de Mato Grosso do Sul (Sinpetro/MS), Edson Lazaroto, o aumento dos combustíveis prejudica também os revendedores. “Estamos atônitos com o que está acontecendo. Em menos de uma semana a gasolina aumentou quase 20%”, contou. “Nós, comerciantes estamos ficando sem capital de giro e, por conta disso, estabelecimentos estão fechando”, disse.

Para Lazaroto, a diminuição da carga tributária é uma alternativa viável. “Os impostos representam quase 50% do valor do combustível nas bombas, e esse é um dos motivos que o mantém tão caro”, afirmou.

*\* Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo*

**MME / ASCOM .**